

## 6 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

O trabalho de apresentar as principais realizações dos Programas do Ministério da Educação inseridos no Plano “Avança Brasil” – PPA 2000/2003, especialmente por se concentrar no seu último ano, vem acrescido de uma particularidade que o torna ainda mais desafiador: é o primeiro ano de um novo Governo com um diagnóstico próprio e diferenciado do anterior para o setor educacional e, ao mesmo tempo, é o derradeiro da estrutura programática que vigorou por quatro anos. Se a estrutura de Programas e Ações pouco se alterou, as prioridades do Ministério foram substancialmente mudadas.

Se é verdade que grandes avanços foram conseguidos quanto aos aspectos quantitativos do Ensino Fundamental nos últimos anos, é verdade, também, que há uma longa estrada a ser percorrida para garantir a qualidade dessa educação, muitas vezes relegada frente às metas quantitativas. Por seu lado, o compromisso do Governo Federal, nessa nova gestão, não se resume a apoiar municípios e estados para dar condições de acesso ao Ensino Fundamental, mas, também, ao Ensino Infantil, ao Ensino Médio e à Educação Profissional e, paralelamente, garantir, além do acesso, um processo contínuo de melhoria da qualidade da Educação Básica.

O outro grande eixo da mudança de atuação do Ministério da Educação, em 2003, foi o compromisso de resgatar a imensa dívida social brasileira com os jovens e adultos analfabetos. Um novo papel para as políticas do Ministério vem sendo construído ao se superar o objetivo de promover e fomentar a educação para o de construir a cidadania e a inclusão social, tendo por instrumento a educação. O princípio constitucional de que *a Educação é direito de todos* está sendo enfrentado, decididamente, como um dever do Estado, para o qual a União vem dedicando os seus melhores esforços e recursos.

Coerente com essa nova visão política, foram estruturadas novas ações voltadas a induzir o gasto em áreas prioritárias, articuladas com os Estados e Municípios, as Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que propiciaram a descentralização de recursos para a Educação Básica, arquitetadas legalmente e orientadas para uma correta e produtiva aplicação. Além disso, deu-se início às discussões para a reforma do Ensino Superior.

No âmbito da estrutura de Programas, de Ações e do modelo de Gestão do PPA 2000/2003, conseguiu-se manter as ações que já vinham atingindo os seus objetivos de melhoria do Ensino Fundamental ao tempo em que se alcançou explicitar a diferença do diagnóstico e na forma de atuação de um novo Governo que traz a marca da inclusão e da justiça social na sua forma de gerenciar os recursos públicos.

### **Principais Realizações/Resultados Alcançados – PPA 2000/2003 – Avança Brasil**

#### **Programas/Ações Prioritárias da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (Lei nº 10.524/2002)**

##### **Toda Criança Na Escola**

Com o objetivo de promover a universalização do Ensino Fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno na faixa etária de sete a quatorze anos, o Programa *Toda Criança Na Escola* promove ações voltadas à estruturação do ambiente escolar, no sentido de proporcionar meios para que o processo ensino-aprendizagem desenvolva-se com a maior qualidade possível. Assim, estão compreendidos vários tipos de ações que abrangem manutenção de prédio escolar, fornecimento de alimentação escolar, distribuição de livros didáticos e para-didáticos, aquisição de veículo para transporte escolar, transferência de renda a famílias que mantêm os filhos na escola, capacitação de membros da sociedade para exercer o controle social e outras de menor vulto destinadas ao apoio a projetos específicos do Ensino Fundamental.

As ações estão em constante aprimoramento e, embora existam limitações técnicas relevantes, tais como, escassez de pessoal, restrições financeiras e orçamentárias, dentre outras, os investimentos realizados têm contribuído para a estruturação da escola, de forma a dar condições de acesso, de permanência e de conclusão do Ensino Fundamental aos alunos, por intermédio das ações que comentaremos a seguir.

A descentralização dos recursos tem-se mostrado fundamental, frente à incapacidade dos agentes federais de atuarem de forma eficaz e eficiente, devido não somente à falta de capilaridade, mas aos altos custos que a ação centralizada acarreta. Assim, as ações de maior volume financeiro são executadas de forma descentralizada, sendo os recursos repassados para estados (FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério), municípios (Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola), escolas (Dinheiro Direto na Escola - escolas com Unidades Executoras) e, até, diretamente a famílias (Bolsa Escola). Outro aspecto interessante do Programa é a descentralização do poder de decisão e de fiscalização, especialmente por meio dos Conselhos ligados à Educação.

### **Alimentação Escolar**

Ação de caráter suplementar, cuja descentralização ocorre mediante repasse automático de recursos às entidades executoras (Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação), visa garantir merenda escolar de boa qualidade, respeitando hábitos alimentares e estimulando a aquisição de produtos da região - produtos básicos em sua maioria (arroz, feijão, verduras, carnes, frutas etc.).

Em janeiro de 2003, o MEC aumentou o valor *per capita* dos recursos destinados aos alunos da pré-escola da rede pública e dos alunos das escolas filantrópicas de R\$ 0,06 para R\$ 0,13, equiparando-o ao do Ensino Fundamental. No mês de junho, o Ministério estendeu o atendimento do programa aos alunos da rede pública e filantrópica matriculados em creches, com o *per capita* de R\$ 0,18 e 250 dias de atendimento, com recursos aportados pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. A partir de outubro, repassou recursos em torno de R\$ 1,5 milhões para o atendimento, durante 65 dias, de 115.124 alunos matriculados em escolas indígenas, cujo *per capita* passou de R\$ 0,13 para R\$ 0,34.

Em 2003, a Ação PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar atendeu 37,8 milhões de alunos das escolas da rede pública e filantrópica de educação infantil e ensino fundamental, incluindo as escolas de educação indígenas, totalizando um repasse total de R\$ 954,2 milhões.

### **Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – Fundescola Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal**

A Ação *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)* materializa a política de descentralização do repasse de recursos diretamente para as escolas, em parcela única anual. Atualmente, atende quase a totalidade das escolas públicas do Ensino Fundamental das redes estadual, distrital e municipal, bem como às de educação especial privadas, mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos.

O valor total dos recursos repassados (liquidados) em 2003 foi de R\$ 304,5 milhões destinados a 117.553 escolas, beneficiando 30,2 milhões de alunos, o que representou 99,4 % do total destinado à melhoria do espaço físico, dos equipamentos e materiais das escolas, além de contribuir para manutenção de prédios escolares e para aquisição de pequenos equipamentos necessários ao desenvolvimento do ensino. Esta ação cobre atualmente todas as regiões do País, ressaltando-se que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os recursos são aplicados a título de contrapartida financeira ao Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA. Os repasses anuais destinam-se aos 5.561 municípios, incluindo os repasses diretos feitos a cerca de 74 mil Unidades Executoras das próprias escolas.

### **Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola II e Fundescola III**

O FUNDESCOLA é resultado da ação conjunta entre o MEC, estados e municípios, financiada pelo MEC/FNDE e Banco Mundial, com a finalidade de propiciar a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino público nas regiões mais pobres do Brasil, por meio do fortalecimento das escolas de Ensino Fundamental, bem como das instituições responsáveis por essas escolas, em estrutura coordenada de gerenciamento.

Em 2003, os recursos previstos para a execução do Fundescola II totalizaram R\$ 5,4 milhões, para atender a ação de aquisição de mobiliário escolar na região Nordeste. O total de empenhos liquidados foi de R\$ 5.039.000,00, o que representa 93% do total programado. Foram atendidas 413 escolas.

Os recursos do FUNDESCOLA III previstos para atender às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste totalizaram R\$ 56,7 milhões, financiando as ações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Projeto de Adequação dos Prédios Escolares (Pape), Aquisição de Mobiliário e Equipamento, Escola Ativa e Formação Continuada de Professores. Foram empenhados R\$ 46,4 milhões, o que representa 82 % do total de recursos programados para essa ação, e beneficiadas 3.750 escolas.

## Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associada a Ações Sócio-Educativas - Bolsa-Escola

Com a unificação dos programas sociais de transferência de renda no novo Programa Bolsa Família (contemplando o Bolsa Escola), ocorrida por força da Medida Provisória nº 132, de 20.10.2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9.1.2004, o MEC deixou de ser responsável pela operacionalização do Programa Bolsa Escola, porém continuou com o repasse ao agente operador, a Caixa Econômica Federal – CEF, dos recursos destinados ao pagamento das famílias beneficiadas pela ação.

Em 2003, foi repassado R\$ 1.564,3 milhões à CEF, para pagamento de benefícios dos programas Bolsa Escola e Bolsa Família. Isso representou 97% dos recursos programados, sendo atendidos 10,3 milhões de alunos e 5,7 milhões de famílias.

### PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADA A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (BOLSA-ESCOLA)

UF	META FÍSICA	ORÇAMENTO INICIAL (*)	ORÇAMENTO AJUSTADO	ALUNOS ATENDIDOS BOLSA ESCOLA E BOLSA FAMÍLIA		% ATINGIMENTO DA META	
				FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
AC	52.000	9.359.354	7.282.559	47.088	7.023.624	91	96
AL	295.000	53.085.440	45.549.791	305.635	44.530.897	104	98
AM	206.000	37.009.304	28.849.544	189.325	28.005.945	92	97
AP	45.000	8.070.245	6.160.861	36.867	6.109.333	82	99
BA	1.442.000	259.610.850	212.628.827	1.390.730	209.489.276	96	99
CE	849.000	152.817.093	137.834.513	928.895	135.574.327	100	98
DF	67.000	11.993.730	11.760.945	65.384	11.692.769	98	99
ES	160.000	28.734.735	27.139.950	162.384	26.115.373	101	96
GO	262.000	47.097.879	40.819.510	241.437	38.932.102	92	95
MA	772.000	138.926.570	112.779.823	734.744	110.792.643	95	98
MG	1.053.000	189.493.536	178.355.940	1.147.889	174.333.891	109	98
MS	106.000	19.070.173	14.952.473	92.135	14.285.524	87	96
MT	124.000	22.334.596	20.462.141	122.089	19.462.181	98	95
PA	580.000	104.339.465	84.107.503	531.092	81.854.761	92	97
PB	352.000	63.319.791	59.761.760	388.870	57.395.673	110	96
PE	716.000	128.930.514	97.770.966	667.970	96.088.577	93	98
PI	369.000	66.424.440	57.840.595	412.994	57.840.595	112	100
PR	432.000	77.748.864	76.771.276	470.050	74.645.439	109	97
RJ	392.000	70.503.090	60.138.365	347.088	58.522.659	89	97
RN	262.000	47.097.537	42.197.207	278.514	40.693.711	106	96
RO	60.000	10.859.444	9.856.802	68.075	9.423.920	113	96
RR	13.000	2.386.013	2.646.974	16.736	2.600.404	129	98
RS	378.000	68.002.028	64.380.230	414.014	62.628.733	110	97
SC	178.000	32.045.927	29.683.656	185.821	29.131.817	104	98
SE	148.000	26.693.361	24.155.149	167.147	23.650.150	113	98
SP	775.000	139.595.298	136.220.682	782.950	126.748.968	101	93
TO	119.000	21.450.723	16.878.760	111.172	16.688.546	93	99
<b>TOTAL</b>	<b>10.207.000</b>	<b>1.837.000.000</b>	<b>1.606.986.802</b>	<b>10.307.095</b>	<b>1.564.261.838</b>	<b>101</b>	<b>97</b>

(\*) Estes valores sofreram alterações em consequência do cancelamento autorizado pelas Leis nº 10.749 de 24.10.2003, e 10.761 de 11.11.2003, resultando R\$1.606.986.802.

A execução do Programa sofreu importante modificação com a consolidação de diversas modalidades de concessão de renda em uma única unidade executora no âmbito da Casa-Civil da Presidência da República.

## Veículos para Transporte Escolar

Em 2003, a Ação atendeu 481 escolas de educação especial, com 171 veículos, e 7.956 escolas do Ensino Fundamental com 1.126 veículos, totalizando 1.297 veículos adquiridos. Esse total representa 112% da execução física inicialmente prevista. Cerca de 390 mil alunos foram beneficiados, com recursos da ordem de R\$ 61,4 milhões (69% do total programado para esta Ação).

## **Distribuição de Livros Didáticos para alunos e professores do Ensino Fundamental**

Os resultados alcançados em 2003 pela Ação *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)* guardam uma relação direta com as melhorias introduzidas nos campos administrativo, tecnológico e operacional que foram planejadas e estrategicamente implementadas em cada etapa do programa. Foram adquiridos aproximadamente 119 milhões de livros didáticos para atender a todas os alunos de 1ª à 4ª série e repor os livros dos alunos de 5ª à 8ª série. Os recursos consignados para o exercício de 2003 beneficiaram 31,9 milhões de alunos. A execução da Ação foi centralizada pelo MEC, à exceção do Estado de São Paulo, que executa o programa por meio de convênio firmado com o Ministério.

As obras didáticas foram analisadas por especialistas nas diferentes áreas que compõem a grade curricular. Foram observados erros conceituais e metodológicos, como também preconceitos de raça, credo, cor ou discriminações, dentre outros. Para as coleções aprovadas, foram preparadas resenhas para compor o Guia do Livro Didático.

O preço médio dos livros para o PNLD/2004, em função da escala, equivale à média a 12,5% do preço de capa desses livros no mercado. O custo médio praticado na compra de 2003 foi de R\$ 4,19, por exemplar de livro didático, e R\$ 6,06 por exemplar do dicionário escolar da língua portuguesa. A produção e distribuição dos livros do PNLD ocorreram entre setembro de 2003 e janeiro de 2004. Nesse período, as editoras realizaram a impressão, montagem em encomendas e paletização de mais de 119 milhões de livros, que foram distribuídos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a aproximadamente 154 mil escolas públicas do Ensino Fundamental, em todos os 5.561 municípios brasileiros.

## **Distribuição de Acervo Bibliográfico para Escolas do Ensino Fundamental**

Em 2003, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), responsável pela distribuição de livros de literatura a alunos e professores das escolas do ensino fundamental, executou seis atividades distintas: *Literatura em Minha Casa para os alunos de 4ª e 8ª séries; Palavra da Gente, para os alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Biblioteca do Professor, Biblioteca da Escola e Casa da Leitura*. No total, foram distribuídos 9.170.717 acervos. A meta física inicial era de 478 mil módulos, com recursos da ordem de R\$ 18 milhões. Houve uma complementação de R\$ 134 milhões dos quais foram aplicados R\$ 110,8 milhões, o que representou 82% do total de recursos destinados para essa Ação, resultando em 9,2 milhões de acervos distribuídos.

## **Escola de Qualidade Para Todos**

Objetiva a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, como forma de se atingir as metas de uma Escola Ideal, o que pressupõe a necessidade de um corpo docente mais capacitado e de recursos modernos para maior eficiência do processo ensino/aprendizagem. Dessa forma, as ações do Programa Escola de Qualidade para Todos se caracterizam pela perspectiva de implementação de políticas voltadas à formação continuada de professores, formação de professores alfabetizadores, aceleração da aprendizagem - visando à correção do fluxo escolar - e à inserção de novas tecnologias na educação.

O Programa contou com recursos da ordem de R\$ 115,3 milhões, tendo executado R\$ 95,5 milhões, correspondendo a 83%. Como os recursos estiveram contingenciados até o final do exercício, sendo o repasse efetivado, para a maioria das Ações, em novembro e dezembro, o resultado só poderá ser medido no decorrer de 2004. Dentre as realizações do Programa, destacam-se:

Estão em processo de capacitação 20.569 professores das escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal, para implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que consistem em subsídio para a reformulação e atualização dos currículos e das práticas pedagógicas, influenciando decisivamente na melhoria da qualidade do Ensino Fundamental público.

Na Ação *Correção do Fluxo Escolar – Aceleração da Aprendizagem*, foram atendidos 28.045 alunos de 1ª a 4ª série, diretamente, com material didático, em classes de aceleração da aprendizagem, para reversão gradativa da repetência nas primeiras séries do Ensino Fundamental, para que reconquistem a confiança em sua capacidade de aprender, redução da defasagem idade/série e conseqüente declínio dos custos do processo. Foram ainda beneficiados, indiretamente, 90.335 alunos, por meio da capacitação de 3.579 docentes, de 1.997 escolas.

Estão em processo de capacitação 30.000 profissionais das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal para a educação à distância, disseminando a cultura dessa ferramenta de ensino no atendimento à demanda por processos de formação inicial e educação continuada. Estão, também, em processo de capacitação 6.000 profissionais da educação para o uso de tecnologias no Ensino Fundamental, auxiliando tanto no processo de planejamento e incorporação de novas tecnologias, quanto no suporte técnico e capacitação dos professores e das equipes administrativas das escolas.

Quanto à utilização dos novos recursos da educação, ressalta-se a veiculação de 4.668 horas de programas de educação a distância, objetivando capacitar e aperfeiçoar o professor do Ensino Fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. Foram, ainda, distribuídos 5.225 exemplares de material impresso de apoio à educação a distância e ao uso de novas tecnologias na educação, como forma de subsídio ao trabalho do professor do Ensino Fundamental. Com relação à aquisição de equipamentos para a TV Escola, o processo se encontra em fase de execução pela Unesco para equipar 15.786 unidades escolares do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal com kit tecnológico de última geração.

Cerca de 43 mil escolas públicas da rede de Educação Básica estavam equipadas com o kit da TV Escola (TV, vídeo e antena parabólica), em 2002. Até outubro de 2003, mais 15 mil escolas receberam o kit. Foi firmado um convênio com a Eletronorte para a instalação de ambiente tecnológico em 580 escolas públicas do Maranhão. Foi lançada, ainda, a TV Escola Digital Interativa, entrando inicialmente em operação em 18 escolas brasileiras de sete estados, sete capitais e sete Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Este é o primeiro sistema de TV Digital Interativa do país e possibilitará a interação com os professores de Educação Básica.

A *Ação Implementação do Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental* equipou 1.092 unidades de ensino visando fomentar a educação a distância, contribuir para reduzir a exclusão tecnológica, formar o cidadão crítico e criativo e elevar o padrão de qualidade da educação pública brasileira; mobilizar e capacitar para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, no processo de ensino e aprendizagem, com fornecimento de equipamentos de informática e comunicação. No âmbito do Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo, foram adquiridos 11.228 microcomputadores, entre outros equipamentos e serviços de informática, para atender 1.223 escolas e 116 NTE, 70 conjuntos de equipamentos de comunicação recepção e transmissão, para o piloto do Programa Rádio Escola, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e foram produzidas e veiculadas 4 séries de Programas Educativos pelo Canal TV Escola.

Dentre os indicadores de sucesso do programa, pode-se destacar a taxa de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos que, desde o início do PPA 2000/2003, oscilou de 95,8% para 96,8%, e a taxa esperada de conclusão do Ensino Fundamental, que passou de 65,8% a 68%, refletindo o investimento do governo na capacitação de docentes e em novas tecnologias de apoio ao trabalho de atendimento às diferentes necessidades de aprendizagem.

## **Desenvolvimento do Ensino Médio**

O Ensino Médio é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como a última etapa da Educação Básica, constituindo-se, portanto, como direito de todos os cidadãos. Assim, a política de atendimento deve considerar o disposto no artigo 4º. da LDB sobre o dever do Estado com a educação escolar pública que, dentre outras obrigações, deve ser efetivado mediante a garantia da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Em todo o Brasil, no ano de 2002, estavam matriculados no Ensino Médio 8,7 milhões de alunos. Desses, 87,1% eram alunos de escolas públicas, a maioria nas redes estaduais de ensino: 7,2 milhões de alunos, ou 83,7% do total. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2001 – PNAD/IBGE demonstram uma população residente de 169,3 milhões. Desses, 10,3 milhões encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos, considerada legalmente regular para cursar o Ensino Médio. O Censo Escolar do mesmo ano, porém, demonstra que desses jovens, somente 37% (cerca de 4 milhões) estavam matriculados no ensino médio, enquanto outros - um milhão - estavam cursando ainda o Ensino Fundamental ou frequentando cursos na modalidade de educação de jovens e adultos ou profissional. Com isto, conclui-se que cerca de 5 a 6 milhões de jovens na idade em que deveriam cursar o ensino médio, sequer estão na escola.

Por outro lado, observa-se a demanda crescente pelo Ensino Médio, tanto advinda dos concluintes do Ensino Fundamental em idade regular, quanto daqueles que o concluem por outras estratégias, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos. Analisando os dados do Censo de 2001, os concluintes

do Ensino Fundamental pela escola pública, em idade regular, foi da ordem de 1,5 milhão de alunos e outros 900.000, mesmo com idade superior a 17 anos, concluiriam o ensino fundamental regularmente.

Face a este cenário, a política de atendimento no Ensino Médio desenvolvida em 2003 incluiu: proposição da obrigatoriedade do Ensino Médio para todos os concluintes do Ensino Fundamental, acompanhada da ampliação do atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com estratégia pedagógica adequada; estudos para a instituição do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com proposta de Projeto de Lei já encaminhado à Casa Civil; e, desenvolvimento do Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Médio/Subprograma de apoio às Unidades Federadas – PROMED e Projeto Alvorada, bem como do Programa Escola Básica Ideal, prestando assistência técnica e financeira às Unidades Federadas. Todos previstos a partir de 2004.

Entre as Ações desenvolvidas em 2003 encontra-se o *Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROMED*, instituído mediante contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 1 bilhão, dividido em duas fases, cada uma com US\$ 500 milhões, sendo 50% de contrapartida nacional. Firmado em 2000, a primeira fase estava prevista para se desenvolver em 3 (três) anos. Devido ao baixo desempenho do Programa nesse período (8% de execução até 2002, saltando para 20% em 2003), ao final de 2003, foi obtida a prorrogação para mais 2 (dois) anos, com cancelamento de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 100 milhões de cada uma das partes.

Em 2003, o PROMED contou com recursos da ordem de R\$ 63,7 milhões, tendo executado R\$ 21,6 milhões (34%), uma vez que foi dada prioridade à execução de Restos a Pagar no valor de R\$ 58,7 milhões.

Destaca-se que, no âmbito do PROMED, no exercício de 2003, foram capacitados 79.000 profissionais que atuam no Ensino Médio para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM; foram realizados 42 estudos para subsidiar a formulação de políticas para expansão e melhoria do ensino médio; e foram atendidas 9.733 escolas por meio de reformas ou expansão da rede física, bem como equipamentos e materiais didáticos necessários à prática do ensino.

Em 2003, foram executados Restos a Pagar da Ação Expansão e Melhoria da Rede Estadual do Ensino Médio, que apoiou as Unidades Federadas selecionadas tendo as seguintes metas: aumento da qualidade do atendimento a 1.505.000 alunos das redes estaduais; aumento da capacidade de absorção pelas redes estaduais de 180.000 alunos atendidos pelas redes municipais; criação de condições para o atendimento a 1.000.000 de novos alunos nas redes estaduais. O atingimento destas metas foi propiciado pela construção/ampliação/reforma/adequação de 785 escolas; capacitação de 31.655 profissionais; aquisição de 6.592 unidades de Mobiliário/Equipamentos e Acervos e aquisição de 86 veículos. Para tanto, do total de restos a pagar, no montante de R\$ 209,7 milhões, foram efetivamente repassados R\$ 96,8 milhões, correspondente a 46,19%. No período de 2000 a 2003, o Projeto Alvorada repassou às Unidades Federadas contempladas o montante de R\$ 845,9 milhões.

O *Programa Diversidade na Universidade* tem como objetivo melhorar as condições e as oportunidades de ingresso e permanência no Ensino Superior para jovens e adultos das populações negras, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos. Com duração de 3 (três) anos, a contar de 18/12/2002, o programa conta com recursos de US\$ 9 milhões – US\$ 5 milhões obtidos em empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros US\$ 4 milhões financiados pelo Tesouro, que serão utilizados para financiar estudos e pesquisas para a elaboração de uma política de inclusão social e de combate ao racismo e à discriminação étnica e racial na educação média e superior. Por meio da Ação *Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos*, a meta estabelecida de 3.000 alunos foi superada em 595 alunos, e executados R\$ 4,4 milhões, correspondente a 87,71% do valor orçado.

## **Desenvolvimento da Educação Profissional**

O Programa Desenvolvimento da Educação Profissional contou, em 2003, com aporte de recursos da ordem de R\$ 752,1 milhões e executou R\$ 719,8 milhões, o que corresponde a 95,7%.

As Instituições da Rede Federal de Educação Profissional capacitaram, em 2003, 2.771 profissionais; deram assistência a 52.314 educandos com o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e/ou transporte, dentre outras; e atenderam mais de 17 mil pessoas por meio da prestação de serviços à comunidade e na promoção de cursos de extensão. Contaram, ainda, com recursos da Ação

*Instrumental para Ensino e Pesquisa*, 35 Centros de Educação Profissional para complementar e modernizar laboratórios, tornando-os adequados ao ensino prático ministrado.

No ano de 2003, foi conduzido pelo Ministério da Educação um processo em busca de um novo conceito e uma identidade própria para a Educação Profissional e Tecnológica do país. De forma democrática e participativa, foi promovido o Seminário Nacional de Educação Profissional, marco inicial para a construção desses novos paradigmas, aglutinando os atores representativos dos segmentos públicos e privados que atuam com a Educação Profissional. Em continuidade, redirecionando a atuação do *Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP* para o setor público, foi realizado o Seminário Nacional de Gestão Estadual da Educação Profissional. Toda a discussão aflorada nesses seminários será consolidada, agora com seu fórum ampliado, aos professores e alunos, em uma proposta de legislação revisada, atualizada e comprometida com uma nova Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica.

Iniciativas como o estreitamento das relações com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça - SDH/MJ, Ministério da Saúde - MS e Ministério do Turismo - Mtur, demonstram a importância dada à questão, no que se refere à relação direta da Educação Profissional com o emprego, a geração de renda, a inclusão social e o apoio ao Projeto de Desenvolvimento Nacional.

Importante instrumento para o processo de reformulação e ampliação do Ensino Profissional, o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP vem desenvolvendo ações desde 1997. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID participa do financiamento do Programa, com um contrato no valor de US\$ 250 milhões, aos quais se somam outros US\$ 250 milhões de contrapartida nacional (50% do Ministério da Educação e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), perfazendo um total de US\$ 500 milhões.

Dos recursos colocados à disposição do PROEP, no âmbito do MEC (R\$ 73,5 milhões), R\$ 69,8 milhões foram executados, correspondendo a 95%. No âmbito do PROEP, foram capacitados 3.584 profissionais, implantados 6 planos estaduais de educação profissional e sete centros escolares de Educação Profissional.

Ainda em 2003, o PROEP deu continuidade à construção de 250 novas unidades de Educação Profissional, sendo 31 na Região Norte, 52 na Região Nordeste, 32 na Região Centro-Oeste, 86 na Região Sudeste e 49 na Região Sul. Além disso, foram inauguradas cinco escolas, e está em fase de preparação das condições para a inauguração e finalização de convênios de um número expressivo de escolas.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos atende à assistência financeira para aquisição de livro didático destinada aos alunos adultos em busca de completar o Ensino Fundamental (1ª a 8ª série), à contratação temporária de professores quando se fizer necessária, à formação continuada dos docentes, à ampliação do quadro de professores e à aquisição de gêneros alimentícios. No exercício de 2003, foram executados recursos da ordem de R\$ 436,0 milhões.

A Ação *Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos*, atualmente denominada de *Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos – Fazendo Escola*, consiste em apoio financeiro e técnico do MEC às regiões com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH menor ou igual a 0,500. Tem por objetivo ampliar a ofertas de vagas na educação pública de jovens e adultos e propiciar um atendimento educacional com qualidade em cursos presenciais com avaliação do processo. Em 2003, foram beneficiados 1.549.004 alunos em 2015 municípios, com desembolsos da ordem de R\$ 298,3 milhões de um orçamento de R\$ 321,0 milhões correspondendo a uma execução de 93%.

Para a execução do Programa, também em 2003, foram publicadas as Resoluções n.º 05 e 28, do FNDE, que, respectivamente, estabelecem os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros aos governos dos estados e dos municípios com menor IDH (PNUD, 1998), orientam os sistemas de ensino que se encontram em situação irregular na execução do *Programa Fazendo Escola*, e dão outras providências, além do manual do *Programa Fazendo Escola*, com o objetivo de facilitar e aprimorar os mecanismos de acompanhamento e avaliação para as secretarias estaduais e municipais de educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

Com o objetivo de alfabetizar três milhões de jovens e adultos, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Autorizada a criação pela Lei nº 10.693, a Secretaria Extraordinária foi regulamentada pelo Decreto nº 4.791/2003.

Para o desenvolvimento do Programa *Brasil Alfabetizado*, o MEC recebeu, por meio de Créditos Especiais (Lei 10.756/2003), aporte de recursos no valor de R\$ 98,7 milhões na Ação *Alfabetização de Jovens e Adultos* – incentivo da União para os Alfabetizadores, dos quais foram executados R\$ 96,3 milhões (97,6%) e R\$ 1,3 milhão na ação *Capacitação de Alfabetizadores*, utilizados em sua totalidade.

Os recursos financeiros do Governo Federal possibilitaram o atendimento de 1.962.996 alfabetizando. Com as parcerias realizadas e sem aporte financeiro do MEC, 1.173.309 jovens e adultos estão sendo alfabetizados. São iniciativas de empresas privadas e do setor público estadual e municipal, com recursos próprios.

A execução física demonstra que foram beneficiados, com a Ação *Material Didático*, 3.548.221 alunos. O material adquirido e/ou impresso possibilita um melhor ensino aprendizagem aos alunos que estão cursando o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Na execução da ação, as instituições proponentes, tendo em vista o elevado número de alunos contemplados com o material, conseguem custos menores que os previstos nos parâmetros utilizados na programação. O elevado percentual de execução física (709%) justifica-se pelo convênio realizado com uma Organização Não-Governamental que está trabalhando na produção de material didático adequado e específico a jovens e adultos em processo de escolarização, para beneficiar cerca de 3 milhões de alunos de EJA.

## **Desenvolvimento do Ensino de Graduação**

Responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, o Ministério da Educação é responsável, também, pela supervisão das Instituições Privadas de Educação Superior e manutenção, supervisão e desenvolvimento das 55 Instituições Públicas Federais de Ensino Superior – IFES – que compreendem: 45 universidades, 5 faculdades ou escolas isoladas federais e 5 CEFET (Centros Federais de Educação Tecnológica, que mantém cursos de nível superior).

Em 2003, este Programa balizou suas políticas em aspectos voltados para: a promoção da autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento nacional, a consolidação das instituições públicas de ensino superior; a expansão da oferta de vagas nas universidades, a ampliação do financiamento público; o compromisso permanente com a gratuidade do ensino superior público; a qualificação de professores; e o compromisso da universidade para com a sociedade brasileira e com a inclusão social.

Simultaneamente a esse conjunto de iniciativas, a SESu promoveu dois grandes eventos: o Seminário “Universidade: Por que e Como reformar?”, em agosto, e o Seminário Internacional “Universidade do Século XXI”, no mês de novembro, que tratou de debater com a sociedade civil e representantes de organismos ligados a educação no Brasil e no Mundo, os novos rumos da Educação Superior. Também, a tarefa permanente de repensar a universidade, sempre aberta a novos insumos, foi compartilhada com a sociedade por ocasião dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interministerial, constituído por Decreto Presidencial, de 20 de outubro de 2003, encarregado de analisar a situação atual e apresentar propostas para a reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES.

No que diz respeito às Instituições Federais de Ensino Superior, iniciou-se o processo de recomposição do seu quadro de pessoal, sendo autorizada a realização de concursos para preenchimento de 2.648 vagas de docentes, 3.782 de técnico-administrativos para as IFES e 7.700 para os Hospitais Universitários que, somados a mais 382 vagas resultantes de exonerações e vagas de concursos não preenchidas em 2002, totalizam 14.130 novas vagas. Durante os oito anos do governo passado, foram pouco mais de 16 mil vagas de concursos autorizadas.

Foi lançado, ainda, o Programa de Apoio à Extensão – PROEXT, que tem por meta induzir e incentivar o envolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior a desenvolverem ações voltadas a políticas públicas, para o qual foram destinados 4,7 milhões de reais, que estão financiando 48 programas e 41 projetos cuja essência são ações como alfabetização de jovens e adultos, atenção básica à saúde etc. O financiamento desse tipo



de atividade universitária não ocorria há 20 anos. Este programa vem ao encontro do cumprimento da determinação do PNE de que 20% das atividades curriculares devem ser ocupadas com atividades de extensão.

Outro desafio enfrentado no exercício foi o de rever o processo de avaliação da Educação Superior, articulando-o com a função reguladora exercida pelo Estado brasileiro e com as necessidades de formação educacional e cidadã dos estudantes, bem como voltada para o fortalecimento institucional das entidades.

A democratização do acesso à Educação Superior foi um outro ponto no qual se concentraram os esforços e ações ao longo de 2003. Neste sentido, reformulou-se o Programa de Financiamento Estudantil – FIES, com a inclusão dos fatores “egresso de escola pública” (para beneficiar aqueles candidatos que fizeram a maior parte do ensino médio em instituições públicas de ensino) e “candidato professor” (que prioriza os estudantes que já exercem a função de professor de educação infantil). Também, foram formados grupos de trabalho para formulação de propostas que subsidiem políticas públicas afirmativas direcionadas a minorias étnicas e foram implementadas ações visando à ocupação de vagas ociosas nas universidades públicas federais.

Nesse sentido, foram abertos mais de 70 mil novos financiamentos no FIES e executados R\$ 76,7 milhões. Efetivamente, foram firmados 49.248 contratos, conforme tabela anexa. Além disso, foi enviado, ao Congresso Nacional, Projeto de Lei de criação do Programa de Assistência Estudantil – PAE, que tem como objetivo ofertar, a partir de 2004, bolsas de financiamento estudantil a serem pagas pelos estudantes por meio de prestação de serviços à sociedade civil.

#### TOTAL DE CONTRATOS

SEMESTRE/ANO	2º/1999	1º/2000	1º/2001	2º/2001	1º/2002	2º/2002	2003	TOTAL	VALOR
REGIÃO	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	
Centro-Oeste	4.033	3.860	2.150	2.614	3.112	3.412	4.444	23.625	46.968.212,36
Nordeste	7.788	4.511	3.683	4.260	5.328	6.643	9.795	42.008	69.827.778,40
Norte	1.135	1.253	1.112	1.046	1.671	2.357	3.141	11.715	18.811.371,98
Sudeste	35.991	20.373	13.570	12.521	15.212	16.008	23.367	137.042	251.288.732,36
Sul	20.835	6.670	4.683	6.358	6.969	7.757	8.501	61.773	97.399.516,08
<b>TOTAL</b>	<b>69.782</b>	<b>36.667</b>	<b>25.198</b>	<b>26.799</b>	<b>32.292</b>	<b>36.177</b>	<b>49.248</b>	<b>276.163</b>	<b>484.295.611,18</b>

Fonte: FIES - CEF (Relatório de Informações Gerenciais – Dezembro/2003)

#### TOTAL DE ADITAMENTOS

SEMESTRE/ANO	1º/2000	2º/2000	1º/2001	2º/2001	1º/2002	2º/2002	1º/2003	2º/2003	TOTAL	VALOR
REGIÃO	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	
Centro-Oeste	3.553	6.861	6.239	7.269	8.431	10.430	11.959	10.455	65.197	148.411.059,39
Nordeste	7.092	10.742	9.765	12.019	14.541	18.214	22.003	19.216	113.592	199.385.834,06
Norte	1.012	2.092	1.956	2.735	3.286	4.469	6.004	5.390	26.944	48.731.093,36
Sudeste	32.847	49.547	44.040	51.359	52.810	62.461	62.765	55.619	411.448	856.312.038,84
Sul	19.164	23.810	21.844	23.971	26.525	30.612	32.316	28.308	206.550	399.286.427,30
<b>TOTAL</b>	<b>63.668</b>	<b>93.052</b>	<b>83.844</b>	<b>97.353</b>	<b>105.593</b>	<b>126.186</b>	<b>135.047</b>	<b>118.988</b>	<b>823.731</b>	<b>1.652.126.452,95</b>

Fonte: FIES - CEF (Relatório de Informações Gerenciais – Dezembro/2003)

Para uma melhoria qualitativa e quantitativa dos cursos de graduação no Brasil, há uma variada gama de aspectos a considerar. Neste contexto, as IFES desempenham um papel central como formadoras de líderes e promotoras do desenvolvimento do conhecimento e da ciência em linhas gerais. Não se concebem estudos de graduação para esta nova sociedade sem que as IFES possuam, em primeiro lugar, um corpo docente formado por professores altamente qualificados, atuantes no modelo das novas propostas pedagógicas, e conscientes do novo papel da educação de nível superior no desenvolvimento global da sociedade. Dessa forma, as Instituições aplicaram algo em torno de R\$ 5.789,4 milhões por meio da ação Funcionamento de Cursos de Graduação, representando 99,6% da dotação atual (Lei + Créditos). Deste valor, aproximadamente 80% referem-se, exclusivamente, a pagamento de pessoal e encargos sociais dessas Instituições.

A Ação *Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão* tem sido de grande apoio a atividades que buscam otimizar os processos de gestão institucional, principalmente naquelas IFES que estão passando por processos de transformação, quer seja por desmembramento, quer seja por evolução de faculdades isoladas para faculdades integradas ou para universidades. O principal destaque da Ação diz respeito à contribuição para a melhoria gerencial das IFES apoiadas. Em 2003, foram despendidos R\$ 18,3 milhões de um montante de R\$ 18,7.

Merece destaque a Implantação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, já autorizada pelo MEC, que vai funcionar em dois *campi*: Petrolina - PE, e Juazeiro - BA. Segundo o cronograma, o início da construção dos *campi*, em Juazeiro e Petrolina, está previsto para o primeiro trimestre de

2004. Os concursos para o preenchimento de 150 vagas de professores serão realizados no primeiro trimestre do próximo ano. Quanto ao ingresso de alunos, a previsão é de que o processo seletivo ocorra no período de março-abril de 2004.

Encontra-se em tramitação Projeto de Lei com a proposta de transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná e de Minas Gerais em Universidades Federais Especializadas, de forma a aumentar o número de vagas no ensino superior. Quanto as suas atividades acadêmicas, prevê-se a ampliação dos cursos de graduação, bem como a abertura de cursos de mestrado e doutorado.

Ressalte-se que, na Ação de Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidade de Ensino Superior – PET, destinada a grupos de alunos, por curso, que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior - IES, o apoio é concedido ao curso por um período indeterminado e ao bolsista até a conclusão da sua graduação, desde que obedecidas as normas do Programa. Os grupos são formados por 12 alunos e mais um tutor. Em 2003, foram investidos recursos de R\$ 8 milhões para o pagamento de bolsas aos estudantes e, posteriormente, com a liberação da Emenda ANDIFES de complementação da manutenção das IFES, mais R\$ 5 milhões foram utilizados para complementar o programa, incluindo o pagamento de taxas acadêmicas.

### **Hospitais de Ensino**

Os Hospitais Universitários são unidades de saúde, únicas em algumas regiões do país, capazes de prestar serviços altamente especializados, com qualidade e tecnologia de ponta à população. Garantem o suporte técnico necessário aos programas mantidos por diversos Centros de Referência Estaduais ou Regionais e à gestão de sistemas de saúde pública, de alta complexidade e de elevados riscos e custos operacionais sendo, ainda, importantes Centros de Formação de Recursos Humanos e de Desenvolvimento de Tecnologia para a área de saúde. Além disso, seus Programas de Educação Continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o Sistema de Saúde.

Justamente por apresentarem grande heterogeneidade quanto a sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento, é que, durante o exercício, o Ministério da Educação fomentou a otimização da gestão dos 45 hospitais, tendo como referenciais a sociedade, a clientela, o mercado, as políticas de saúde, os colaboradores e os parceiros da instituição, preocupando-se em não permitir uma defasagem cultural ou tecnológica, pois é inegável o papel que os mesmos desempenham na sociedade.

Uma das medidas que fortalece esta política é a criação da Rede de Hospitais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio da Portaria MEC/GM Nº 2.630, de 22 de setembro de 2003, que visa estimular o desenvolvimento de novas estruturas organizacionais e padrões, a colaboração conjunta na construção de sistemas operacionais de gestão, a elaboração de indicadores de desempenho institucional, entre outras atividades na esfera de competência. Uma das primeiras ações foi a realização do curso “Implantação de Sistema de Custos nos Hospitais Universitários Federais ligados ao Ministério da Educação”, ao qual, até o momento, já aderiram 16 hospitais.

O Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Universitários Federais, sob a responsabilidade do Ministério da Educação – MEC e do Ministério da Saúde – MS, é identificado no orçamento deste Ministério e no Plano Plurianual, como Apoio ao Funcionamento dos Hospitais de Ensino. Nesta Ação, cada um dos Ministérios tem destinado ao reforço do custeio dos Hospitais de Ensino, mantidos pelas IFES, recursos de seus respectivos orçamentos. Uma grande conquista em 2003, foi a liberação dos recursos do Programa Interministerial MEC/MS, ter sido no valor total de R\$ 50 milhões por Ministério, R\$ 40 milhões a mais que em 2002.

Merece destaque o fato de o Ministério da Educação ter obtido, junto ao MP, a liberação de 7.700 vagas para realização de concursos para os hospitais universitários. Como consequência imediata destes concursos, com raras e localizadas exceções, pretende-se não mais se registrar despesas com pessoal terceirizado nas áreas finalísticas dos hospitais. Com as autorizações do concurso e os R\$ 100 milhões do Programa Interministerial, considerando-se a parcela do MS, o comprometimento médio das receitas para terceirizações ficará em apenas 20,01%. Importante salientar que, neste cálculo, não se encontram computados os recursos provenientes de órgãos estaduais e municipais que, certamente, contribuem para a redução ainda maior deste percentual.

Finalizando, ressaltamos que, pelo *Programa de Modernização das IFES e dos Hus*, foram

entregues 4.459 equipamentos no valor de US\$ 39.808.017,98, restando, ainda, a serem entregues, 7.337 equipamentos no valor de US\$ 37.642.394,30.

### **Etnodesenvolvimento das Sociedades Índigenas**

No ano de 2003, professores, organizações e escolas indígenas participaram ativamente das políticas para a Educação Infantil e Fundamental. Dessa forma, os professores indígenas tiveram a oportunidade de estar no centro do debate de todas essas políticas, construindo, inclusive, uma proposta específica de matrizes para os futuros exames de certificação de professores.

Foram desenvolvidas as seguintes ações: apoio técnico e financeiro para realização de 9 cursos de formação continuada de professores indígenas, beneficiando 620 professores e 15.500 alunos indígenas de 12 sistemas estaduais de ensino; produção de material didático específico e multilíngüe: reprodução de 12 publicações, com uma média de 300 cópias, beneficiando 3.600 alunos indígenas; materiais didáticos para alguns cursos de formação; apoio técnico e pedagógico a 16 equipes de educação escolar indígena das secretarias estaduais na implantação de 5ª a 8ª série em escolas indígenas; apoio aos Sistemas de Ensino; aprimoramento da gestão dos programas de educação escolar indígena das seguintes secretarias estaduais: Amazonas, Roraima, Tocantins, Amapá, Bahia, Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás; aprimoramento da Legislação da Educação Escolar Indígena; fortalecimento da atuação da Comissão Nacional de Professores Indígenas (CNPI); desenvolvimento, junto aos sistemas de ensino, de uma série de atividades para divulgar as formas de controle dos recursos do FUNDEF e da Merenda Escolar

Outra novidade foi a extensão da alimentação escolar para os povos indígenas, já mencionado no item relativo ao “Alimentação Escolar”. Foram atendidos, em 2003, mais de 115 mil alunos matriculados em 1.684 escolas indígenas distribuídas em 177 municípios de 22 estados. O diferencial da iniciativa é que o valor per capita/dia por aluno matriculado é de R\$0,34, objetivando respeitar os hábitos alimentares dos povos indígenas.

### **Paz Nas Escolas**

Outro aspecto que merece ser destacado em 2003, diz respeito ao Programa Paz nas Escolas do Ministério da Justiça, no qual o MEC participa com duas ações. O Programa tem o objetivo de reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País. O MEC contribui com esse objetivo, uma vez que foram capacitados 1.853 profissionais em ética e cidadania para o enfrentamento da violência nas escolas. Foram distribuídos, ainda, 27.000 módulos compostos por um *Kit* de materiais do programa Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade.

### **Outros Programas / Ações Prioritárias**

#### **Escola Básica Ideal**

O governo federal iniciou, em 2003, o projeto-piloto do Programa Escola Ideal em 29 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, alcançando 598 escolas e atendendo 88,5 mil alunos. A iniciativa foi estruturada, basicamente, com a utilização de recursos do Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental. O objetivo do Programa é atender a todas as escolas de educação básica, tanto urbanas como rurais, de cada município, por meio de convênios com governos estaduais e municipais e de envolvimento dos mais diversos setores, mediante repasse de recursos para a reforma e ampliação de escolas, aquisição de mobiliário, distribuição de uniforme escolar aos alunos, *kit* Bandeira, instalação de laboratórios de Informática, Física e Química, transporte escolar e implantação de bibliotecas e malas do livro (minibibliotecas domiciliares). A contrapartida dos governos estaduais é a capacitação dos professores, diretores e funcionários e a melhoria da remuneração dos docentes; a dos governos municipais, erradicar o analfabetismo, ter toda criança na escola e, também, ficar responsável pela melhoria salarial dos professores.

### **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, criado pela E.C. n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º

2.264/97, tem como objetivo a subvinculação de recursos devidos à educação, por exigência da Constituição Federal, ao Ensino Fundamental, redistribuindo-os entre as esferas de governo estadual e municipais de uma mesma Unidade Federada, com base no número de alunos matriculados nas respectivas redes, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

No ano de 2003, os recursos do FUNDEF alcançaram o total de R\$25,2 bilhões, representando um crescimento de 10% em relação ao exercício anterior.

#### COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS

R\$ Milhões

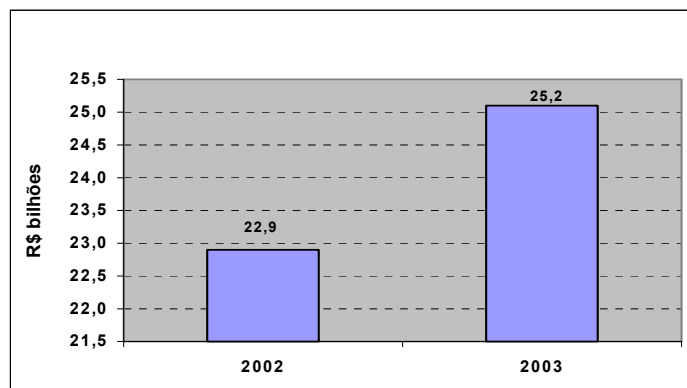
ORIGEM DOS RECURSOS	2002		2003	
	FUNDEF	PART %	FUNDEF	PART %
a) FPM (Fundo de Participação dos Municípios)	3.249,8	14,2	3.380,6	13,4
b) FPE (Fundo de Participação dos Estados)	3.131,1	13,7	3.254,1	12,9
c) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	15.275,1	66,9	17.318,0	68,8
d) IPIexp (Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações)	281,7	1,2	270,5	1,1
e) LC 87/96 (Desoneração de Exportações - Lei Complementar n.º 87/96)	591,3	2,6	611,1	2,4
<b>f) SUBTOTAL (a+b+c+d+e)</b>	<b>22.529,0</b>	<b>98,6</b>	<b>24.834,3</b>	<b>98,7</b>
g) Complementação da União (Valor financeiro transferido no ano)	431,4	1,9	335,70	1,4
g.1) Valor do ano, definido em Portaria/MF (1)	421,8		335,70	
g.2) Ajuste de Contas (crédito) de exercício anterior	9,6		0	
h) Ajuste de Contas do ano, realizado a crédito no ano seguinte (2)			(...)	
i) Ajuste de Contas do ano, realizado a débito no ano seguinte (2)	-101,30		(...)	
j) Complementação da União (Valor do ano, por competência = (g)-(g2)+h+i)	<b>320,53</b>	<b>1,4</b>	<b>335,70</b>	<b>1,4</b>
<b>j) TOTAL DO FUNDEF (f+j)</b>	<b>22.849,52</b>	<b>100,0</b>	<b>25.170,00</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FUNDEF (STN/MF)

<sup>(1)</sup> 2003 - Valor definido na Portaria/MF n.º 10, de 24/01/2003 / <sup>(2)</sup> 2003 - Ajuste a ser realizado em 2004 (...)

Receitas 2003: FPM/FPE/IPI-EXP: STN/COFIN com base no SIAF. / LC/87: STN/COREM - de acordo com as Leis Complementares n.º 115/02 e 102/00 (Valores Residuais) / ICMS: VALORES CONSTANTES DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS

#### COMPARATIVO ANUAL DO FUNDEF



A transferência da União em 2003, a título de Complementação ao FUNDEF, foi de R\$ 335,7 milhões, contemplando três estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e um da Região Norte (Pará), beneficiando um contingente de 7,5 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 1,9 milhões das redes estaduais e 5,2 milhões das redes municipais. É importante destacar que essa parcela de recursos federais é direcionada exclusivamente às Unidades Federadas, onde o valor por aluno/ano não alcança o valor mínimo nacional, que passou a ser observado com a implantação do Fundo. Foram, também, inscritos como empenhos liquidados a pagar, recursos no valor de R\$ 284,8 milhões, totalizando uma execução orçamentária em 2003 de R\$ 620,5 milhões.

O valor mínimo nacional, para efeito de garantia dos repasses dos recursos do FUNDEF, tem sido fixado anualmente pelo Governo Federal, como referencial a ser considerado para fins de transferência dos valores, com diferenciação do custo por aluno dos segmentos de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série e classes de Educação Especial, segundo disposto no § 2º, art. 2º da Lei 9.424/96.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o governo estadual e os municípios, no âmbito de cada estado, é realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano.

No mês de janeiro de 2003, o valor mínimo anual por aluno foi fixado em R\$ 446,00 para alunos da 1ª a 4ª série e em R\$ 468,30 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial, por meio do Decreto 4.580, de 24/01/2003. O Ministério da Educação, preocupado em melhorar esse valor, criou Grupo de Trabalho, por meio das Portarias nº 71, de 27/01/2003 e nº 212, de 14/02/2003, com o objetivo de estudar e apresentar sugestões sobre a definição de um novo valor. Para execução de suas atividades, o Grupo considerou: a situação histórica do FUNDEF no período 1998-2002; as perspectivas para o exercício 2003 (do ponto de vista orçamentário e financeiro, inclusive da projeção da receita); a legislação em vigor; as considerações dos órgãos de controle interno e externo (Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle); as proposições apresentadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e as reuniões realizadas com técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A conclusão do trabalho reuniu propostas de soluções técnicas, centradas na relevância e urgência da mudança pretendida, alinhando possibilidades com diferentes efeitos no contexto das finanças públicas, requerendo, conseqüentemente, diferentes acomodações dos interesses e prioridades políticas, buscando-se a conciliação do rigor fiscal com resgate da dívida social. E em outubro, como resultado desse trabalho, o valor mínimo nacional por aluno/ano foi elevado para R\$ 462,00 para alunos da 1ª a 4ª série e R\$ 485,10 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial, por meio do Decreto 4.861, de 20.10.2003.

Em 2003, a contribuição dos estados à formação do Fundo foi de R\$ 16,9 bilhões e a receita obtida, observada a redistribuição dos recursos com base no número de alunos, foi de R\$ 12,3 bilhões. Já os municípios contribuíram com R\$ 7,9 bilhões e obtiveram uma receita de R\$ 12,8 bilhões. Esse efeito financeiro favorece o conjunto dos municípios, porém com ganhos mais expressivos em favor daqueles situados nas regiões mais pobres do País.

#### IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO – 2002

R\$ Milhões

UF / REGIÃO	Governo Estadual				Acréscimo/R edução	Governo Municipal				Acréscimo/ Redução
	Contribuição anual ao FUNDEF	Receita anual originária do				Contribuição anual ao FUNDEF	Receita anual originária do			
		Principal	Compl. da União ( <sup>c</sup> )	Total			Principal	Compl. da União ( <sup>c</sup> )	Total	
NO	1.405,90	973,39	19,92	993,31	(412,59)	494,12	926,63	51,75	978,38	484,26
NE	3.343,58	1.717,62	109,29	1.826,91	(1.516,67)	1.701,93	3.327,89	240,84	3.568,73	1.866,80
CO**	920,96	762,34	0,00	762,34	(158,62)	473,34	631,96	0,00	631,96	158,62
SD	7.245,70	6.203,16	0,00	6.203,16	(1.042,54)	3.336,54	4.379,08	0,00	4.379,08	1.042,54
SU	2.300,78	1.928,10	0,00	1.928,10	(372,68)	1.271,83	1.644,51	0,00	1.644,51	372,68
BR	15.216,91	11.584,61	129,21	11.713,82	(3.503,09)	7.277,76	10.910,06	292,59	11.202,65	3.924,90

(\*) Complementação da União de acordo com a Portaria MF n.º 27, de 30/01/2002

(\*\*) Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre governos)

#### IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO – 2003

R\$ Milhões

UF / REGIÃO	Governo Estadual				Acréscimo /Redução	Governo Municipal				Acréscimo/ Redução
	Contribuição anual ao FUNDEF	Receita anual originária do FUNDEF				Contribuição anual ao FUNDEF	Receita anual originária do FUNDEF			
		Principal	Compl. da União (*)	Total			Principal	Compl. da União (*)	Total	
NO	1.562,74	1.027,58	19,03	1.046,62	(516,12)	548,03	1.086,45	52,31	1.138,76	590,73
NE	3.624,03	1.729,67	74,69	1.804,36	(1.819,67)	1.825,17	3.719,53	189,71	3.909,25	2.084,07
CO**	1.085,59	863,15	0,00	863,15	(222,43)	533,27	755,70	0,00	755,70	222,43
SD	7.882,71	6.423,14	0,00	6.423,14	(1.459,57)	3.585,41	5.044,99	0,00	5.044,99	1.459,57
SU	2.720,24	2.181,68	0,00	2.181,68	(538,56)	1.430,38	1.968,94	0,00	1.968,94	538,56
BR	16.875,30	12.225,22	93,73	12.318,95	(4.556,35)	7.922,26	12.575,61	242,02	12.817,63	4.895,37

(\*) Complementação Portaria/MF N.º 10, de 24/01/2003 (85%)

(\*\*) Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre governos)

O esforço do poder público municipal e estadual em trazer para a escola as crianças sem atendimento, incentivado pela garantia dos correspondentes recursos financeiros, e o processo de transferência de alunos entre redes de ensino, principalmente das redes estaduais para as municipais, são efeitos da implantação do FUNDEF. Nos primeiros anos de sua vigência, o crescimento anual das matrículas alcançou até 6%, representado por quase dois milhões de crianças trazidas para as escolas. Em 1999, o crescimento foi de 1,2% e, a partir de 2000, iniciou-se o processo de inversão da curva de crescimento das matrículas, registrando-se uma tendência de redução, que acumulou, entre 2000 e 2003, uma queda de 3,1 %.

**MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO - 2002/2003**

UF/ REGIÃO	2002					2003				
	Estadual		Municipal		Total de Alunos	Estadual		Municipal		Total de Alunos
	N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %		N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %	
<b>NO</b>	1.316.265	41,4	1.859.705	58,6	3.175.970	1.269.330	40,0	1.903.819	60,0	3.173.149
<b>NE</b>	3.486.066	30,7	7.884.163	69,3	11.370.229	2.986.619	27,3	7.946.980	72,7	10.933.599
<b>CO</b>	1.369.324	59,2	942.226	40,8	2.311.550	1.272.111	57,1	957.204	42,9	2.229.315
<b>SD</b>	6.022.800	54,3	5.059.642	45,7	11.082.442	5.739.533	52,8	5.140.081	47,2	10.879.614
<b>SU</b>	2.092.979	51,8	1.947.337	48,2	4.040.316	2.058.284	51,2	1.959.641	48,8	4.017.925
<b>BR</b>	14.287.434	44,7	17.693.073	55,3	31.980.507	13.325.877	42,7	17.907.725	57,3	31.233.602

Fonte: INEP/MEC  
Dados do Censo Escolar

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei n.º 9.424/96, a fiscalização da correta aplicação dos recursos do FUNDEF é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e da União. O MEC, de acordo com o art. 12 do mesmo diploma legal, tem a atribuição de avaliar o FUNDEF, com vistas à promoção das medidas corretivas eventualmente necessárias. Além disso, o Ministério oferece orientações e apoio técnico a estados, a municípios, a instituições e a pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, no âmbito dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, dos órgãos de controle externo e da própria sociedade.

Nessa linha de ação, e considerando a necessidade de se disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do Fundo, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Veiculação, via TV Escola, de dois programas de vídeo sobre o funcionamento e utilização dos recursos do FUNDEF, transmitidos em 28/08/2003 e 10/09/2003, com duração de 60 e 90 minutos, respectivamente.
- Participação em encontros com secretários de educação, prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais em diversos estados;
- Publicação da nova edição do Manual de Orientação do FUNDEF, em maio de 2003, tendo em vista a necessidade de agregar novos conteúdos e atualizar as informações;
- Encaminhamento de orientações/esclarecimentos sobre o FUNDEF, com emissão de cerca de 2.100 correspondências à sociedade em geral, atendendo a professores, pais de alunos, sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos, remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do Conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referentes a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados, número de alunos, dentre outros;
- Solicitação de realização de estudo sobre custo aluno, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP;
- Análise em vinte e quatro Projetos de Lei e em dez Emendas à Constituição, que tratam de assuntos relacionados ao financiamento da educação básica;
- Elaboração e encaminhamento de Projeto de Lei de inclusão dos alunos da educação de jovens e adultos no câmpulo do FUNDEF.

O MEC coloca-se à disposição da sociedade para recebimento (por meio de correspondências, fax, telefones e internet) de reclamações/denúncias sobre ocorrências de problemas ou irregularidades relacionadas à má utilização dos recursos do Fundo, transferidos aos municípios, ou mesmo ao descumprimento de outros dispositivos legais estabelecidos na legislação. Como providências, as reclamações/denúncias recebidas pelo MEC são comunicadas aos Prefeitos dos respectivos municípios, os quais são solicitados a prestar esclarecimentos sobre a irregularidade apontada, permitindo-lhes, em prazo determinado, pronunciar-se a respeito. A documentação recebida é encaminhada, com cópias dos documentos correspondentes, para conhecimento das situações e adoção das medidas julgadas pertinentes, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público do respectivo Estado.

Até 16.12.2003 as reclamações relacionadas ao FUNDEF apontaram irregularidades em 474 municípios, representando um total de 8,5%. Desse total de municípios, foram registradas 968 ocorrências, distribuídas da seguinte forma:

RECLAMAÇÃO	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Injustificado(s) atraso(s) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental (salários, 13º salário e férias), face à regularidade nas transferências dos recursos do FUNDEF ao município	209	21,6
Aplicação de recursos do FUNDEF em ações não caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, contrariando o disposto no art. 2º da Lei nº 9.424/96 e o art. 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB)	96	9,9
Não funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, na forma do Art. 4º da Lei 9.424/96	87	9,0
Não aplicação do mínimo de 60% da receita originária do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental, contrariando o disposto no art. 7º da Lei nº 9.424/96	63	6,5
Outras	513	53,0
<b>TOTAL</b>	<b>968</b>	<b>100</b>

Consta do programa do atual governo a criação e implantação do FUNDEB, em substituição ao atual FUNDEF, no qual serão considerados todos os alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Para dar cumprimento a essa meta governamental, foi criado Grupo de Trabalho do MEC, em 29/5/2003, por meio da Portaria 1.345, com a incumbência de estudar e apresentar proposta de criação, regulamentação e implantação do FUNDEB. Posteriormente, em 22.10.2003, foi instituído, por meio de Decreto, Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de analisar a Proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho do MEC e, em 14/11/2003, seus membros foram designados, por meio da Portaria nº 3.357. Após realizar análise e ajustes na proposta, em 12/12/2003, o trabalho foi concluído e, em 16/12/2003, o Ministro da Educação encaminhou o referido trabalho à Casa Civil, por meio do Aviso 1.314/2003.

### Desenvolvimento da Educação Especial

O Programa Desenvolvimento da Educação Especial buscou corresponder à missão do Estado brasileiro de promover medidas com o objetivo de viabilizar o acesso e permanência, na escola, por parte de alunos com necessidades educacionais especiais. Neste exercício, o Programa possibilitou, entre outras coisas, a elaboração, edição e difusão de documentos norteadores dessas medidas, parte deles no âmbito do Projeto *Melhoria e Expansão da Educação Especial*, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, e parte no âmbito do Projeto *Prática Pedagógica na Educação Escolar*, que integra o Acordo de Cooperação MEC - UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Além disso, no exercício de 2003, foi prestado apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino. À parte, a provisão de recursos a projetos de adaptação arquitetônica (para acessibilidade), capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos e material didático e pedagógico abrangeu um leque de ações voltadas para impulsionar as políticas educacionais em vigor.

Ainda em 2003, foram promovidas atividades específicas para alunos portadores de deficiência auditiva, como a implementação de seis Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e de mais seis CAS, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Maranhão, Ceará, Bahia e Santa Catarina. Nos seis primeiros, que receberam os equipamentos necessários ao seu funcionamento, foram realizados três cursos de capacitação de profissionais em Língua Brasileira de Sinais – Libras, em Interpretação de Língua de Sinais e no Ensino de Língua Portuguesa para Surdos. Também foram adquiridos e distribuídos 500

exemplares do *Dicionário Enciclopédico Trilíngüe da Língua Brasileira de Sinais* a escolas de todos os Estados brasileiros que atendem alunos surdos, com base nos dados do Censo Escolar MEC/INEP(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do ano de 2002.

Na sequência, houve implantação e implementação de 60 laboratórios de informática, destinados, a partir deste exercício – consoante a diretriz de construir a educação inclusiva – para escolas comuns públicas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais. Foram contempladas escolas públicas de todos os Estados brasileiros. Os laboratórios seguem este padrão:

Padrão do Laboratório	Equipamentos	
	Características Gerais*	Características Específicas
A	1 servidor	A - 7 micros
B	1 impressora laser	B - 5 micros
C	1 scanner	C - 3 micros

\* Os laboratórios de tipo A, B ou C situados em escolas que atendem alunos com deficiência visual dispõem também de uma impressora Braille e de fones de ouvido.

O vetor que, a partir de 2003, passou a orientar as diversas ações no âmbito do MEC foi o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. O primeiro momento estratégico dessa ação deu-se em novembro de 2003, com um Curso de Formação de Gestores e Educadores, realizado em Brasília, com representantes de 114 municípios brasileiros. A partir de 2004, prevê-se uma multiplicação piramidal, que, ao final do programa, deverá atingir 83,5% dos municípios brasileiros.

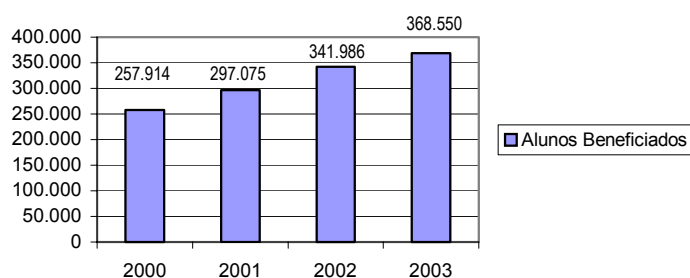
Na Ação *Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Especial*, a meta física foi superada em 75%, considerando a alteração na metodologia de aquisição e distribuição de conjunto de materiais específicos para alunos cegos ou de baixa visão. Dessa forma, foram adquiridos/distribuídos 35.141 exemplares. O processo licitatório foi agilizado, racionalizando custos e gastos no valor de R\$ 2,0 milhões.

Em se tratando de *Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais*, foram qualificadas 1.078 pessoas (107% do previsto), com execução de quase 100% dos recursos(R\$ 797,0 mil).

Com o intuito de *Promover Eventos para a Educação Especial*, utilizou-se recursos da ordem de R\$ 399,0 mil na realização de cinco eventos. Apesar de não ser atingida em sua totalidade, a meta contemplou em 100% a demanda e em 99,81% os recursos financeiros disponibilizados.

Pela Ação *Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial*, foram apoiadas 4.035 instituições, o dobro do previsto, com execução de 100% dos recursos, R\$ 16,2 milhões. Dentre os benefícios disseminados foram distribuídos equipamentos e mobiliários para alunos com surdez, para 60 laboratórios; equipagem de 60 Laboratórios de Informática; e aquisição de software para alunos com necessidades especiais.

O Programa, por meio de suas ações, proporcionou, ao longo de seu período de intervenção, crescente atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, como se vê no quadro a seguir:



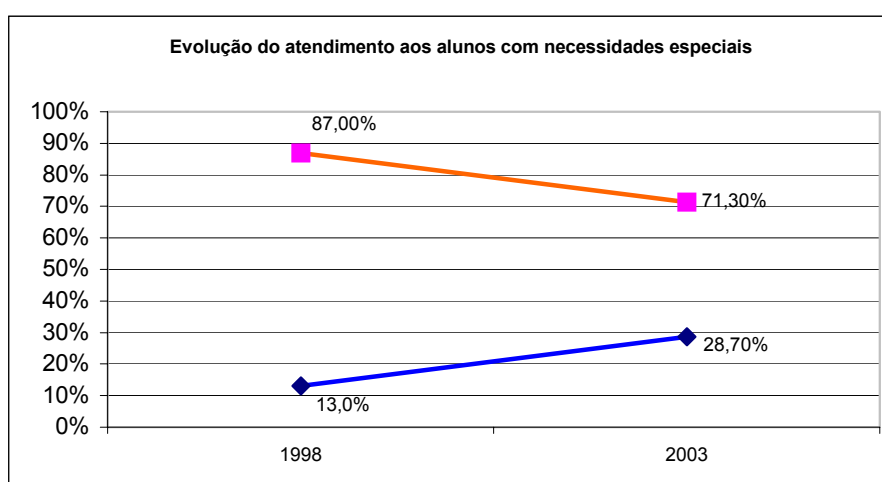
Na esfera federal, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e o Instituto Benjamin Constant – IBC, historicamente, escolas especializadas que ministram educação escolar a alunos com deficiência auditiva e deficiência visual, respectivamente, vêm se destacando, também, e sendo incentivados como centros de excelência nesse atendimento e, principalmente, na geração de materiais didáticos específicos, softwares e metodologias de ensino que podem colaborar com os sistemas de ensino que se transformam para realizar uma educação inclusiva. Por esse perfil, em construção, estão sendo implementadas ações e estimuladas relações interinstitucionais que fortalecem o INES como formulador de políticas de atendimento ao deficiente auditivo e surdo na formação profissional desse alunado e na capacitação de profissionais para seu atendimento educacional.



Também o IBC vem trabalhando na implementação de ações e relações interinstitucionais que visam fortalecer seu papel como formulador da política de atendimento educacional do deficiente visual e cego, na capacitação de profissionais para o atendimento educacional especializado e na produção Braille junto ao Programa Nacional do Livro Didático, gerido pelo FNDE.

O incremento na matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais tem sido expressivo. O Censo Escolar indica que, somado o atendimento inclusivo – em classes comuns de escolas comuns – e o atendimento não-inclusivo – em classes especiais e em escolas especiais – a matrícula total desses alunos aumentou 49,3%, passando de 337.326 (1998) para 503.570 alunos (2003). De 2002 para 2003, o aumento foi de 12,25%.

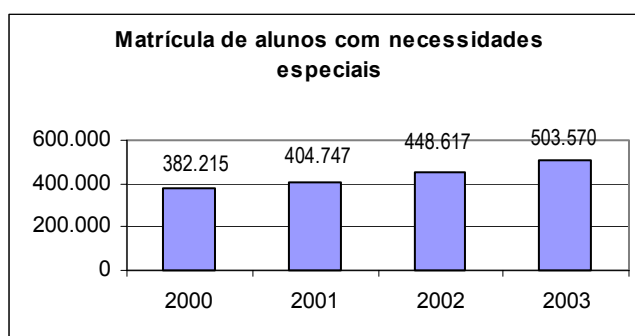
Expressivo também é o resultado da política de transformação dos sistemas de ensino para a educação inclusiva. O atendimento em classes comuns cresceu 229,17%, passando de 43.923 em 1998 para 144.583 em 2003. E a participação do atendimento inclusivo em relação ao total de alunos atendidos também cresceu, passando de 13% em 1998 para 28,7% em 2003. De 2002 para 2003, o aumento foi de 30,6%.



Fonte: Censo Escolar MEC-INEP

No gráfico, a linha superior indica o atendimento não-inclusivo, em escola especializada ou em classe especial; a linha inferior indica atendimento de orientação inclusiva, em que as crianças com necessidades especiais aprendem junto com as demais, em sala de aula comum da escola regular.

A participação do atendimento não-inclusivo, por sua vez – nas classes especiais e nas escolas especiais – diminuiu sensivelmente, passando de 87% em 1998 para 71,3% em 2003. O Censo Escolar de 2003 mostra um total de 503.570 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, sendo 144.583 no atendimento em classes comuns de escolas regulares e 358.987 no atendimento não-inclusivo, nas classes especiais e escolas especiais. O quadro a seguir mostra a evolução do total de matrículas no período de abrangência do Plano Plurianual 2000-2003.



Tais resultados deixam claro que as políticas adotadas para atender às necessidades educacionais especiais de alunos têm colaborado para transformar os sistemas de ensino em contextos inclusivos, ajudando a criar

as condições para uma educação de qualidade para todos. A qualidade do processo de desenvolvimento da Educação Especial, no país, outorgou ao Brasil a Coordenação do Projeto *Educar na Diversidade nos Países do MERCOSUL*, iniciado em 2001, com término previsto para 2003. O Projeto recebe apoio financeiro da OEA e técnico, da UNESCO, capacita recursos humanos de escolas de cada país integrante, nas quais se aplica o material de formação “Necessidades Especiais em Sala de Aula” (produzido pela UNESCO), promove o intercâmbio de experiências entre escolas inclusivas e prevê sua disseminação nos referidos países.

O intercâmbio entre as Comissões Brasileira e Portuguesa de Braille vem assegurando a difusão da aplicação do Sistema Braille no ensino a alunos com deficiência visual nos países de Língua Portuguesa.

O processo de construção da educação inclusiva como política pública tem agregado atores representativos da sociedade nas decisões que envolvam a projeção da autonomia e cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas de sua escolaridade. Este Programa representa o esforço para o fortalecimento das relações entre a comunidade escolar, as instâncias de governo, os alunos com necessidades educacionais especiais e suas famílias para garantir equidade com vistas a sua cidadania.

### **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação**

O Programa *Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação*, que tem por objetivo principal capacitar pessoal em quantidade e qualidade para o meio universitário para a pesquisa acadêmica e não-acadêmica, desenvolve suas ações com a finalidade de apoiar os programas de pós-graduação no País, qualificar docentes e técnicos das Instituições de Ensino Superior – IES, internacionalizar a pós-graduação brasileira, desenvolver áreas prioritárias e dar acesso à informação científica.

Nesse contexto, por meio do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos – PAAP, adquire, junto às editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e às bases de referências bibliográficas e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. O impacto dessa iniciativa vem sendo excelente para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, considerada a dimensão do que é ofertado (mais de 3.000 periódicos científicos foram publicados a partir de 1995, chegando em 2003 a cerca de 9.700 títulos adquiridos) e o volume de acessos efetuados (em 2001, atingiu mais de três milhões e em 2003, chegou a 7,9 sete milhões e novecentos mil). O projeto constitui-se em extraordinário instrumento de superação de desigualdades regionais, uma vez que o acesso rápido e atualizado a um mesmo acervo é disponibilizado para todas as Instituições de Ensino Superior - IES participantes, independentemente de sua localização, tamanho e nível de desenvolvimento.

Com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, o programa Demanda Social – DS concede quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a três, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico. Concedeu ao longo de 2003, cerca de 14.227 bolsas de mestrado e de doutorado para os programas de pós-graduação de instituições de ensino superior. Das bolsas concedidas, foram utilizadas em média 8.613 de mestrado e 5.396 de doutorado.

No sentido de proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, produção e aprofundamento do conhecimento nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP concede recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação dos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a três, que participam do Programa de Demanda Social. Os recursos do PROAP são de custeio e destinam-se, dentre outras finalidades, a cobrir gastos com atividades de manutenção de equipamentos, funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa, produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos, aquisição de novas tecnologias de informática, realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo programa de pós-graduação, participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exame de qualificação, participação de professores em eventos no País, e no Exterior, participação de alunos em eventos de alunos no País, participação de alunos de doutorado em eventos no Exterior, e participação de professores e alunos em trabalho de campo e coleta de dados no País.

Criado com o intuito de estimular a formulação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação nas Universidades públicas, o programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF promove a prática da autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação que pode ser feita de forma

mais flexível e eficiente. As instituições participantes apresentaram, sob convite, um planejamento bienal com metas, cuja consecução é avaliada para fins de permanência no programa e/ou ampliação dos recursos. Em 2003, foram utilizadas em média 2.645 de mestrado e 1.123 de doutorado, com um total de R\$ 20,3 milhões.

Por meio do programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP, o Ministério fornece quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições privadas, com nota igual ou superior a três, que podem ser transformadas para o pagamento exclusivo de taxas escolares. Em 2003, foram beneficiados 2.410 alunos de mestrado e 891 de doutorado.

O programa de Apoio a Eventos no País – PAEP apóia eventos de caráter científico, tecnológico e cultural, organizados por associações e sociedades nacionais científicas, de pós-graduação e de pesquisa. Os eventos apoiados devem apresentar interesse inequívoco para a pós-graduação *stricto-sensu* e possuir, obrigatoriamente, caráter nacional e/ou internacional, dirigir-se a um público diversificado nacional e/ou internacionalmente e ser de curta duração.

O programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc promove a inserção de jovens doutores para exercer atividades de docência e pesquisa, visando a sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação, em cursos avaliados pela CAPES. Em 2003, foram implementadas, em média, 312 bolsas.

Ainda, com o objetivo de promover a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior públicas, foram financiadas bolsas de mestrado e doutorado, calculadas, considerando apenas a manutenção dos bolsistas ativos mediante realização do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT, extinto em 2002.

Por intermédio do programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD, que visa formar recursos humanos de alto nível, em atividades vinculadas a projetos cooperativos de pesquisa de média duração, promovendo a mobilidade de pesquisadores e estudantes no país, o MEC apóia equipes de diferentes instituições brasileiras que, no âmbito de um projeto conjunto de pesquisa, promovam: a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, bem como de estudantes de pós-graduação; a elevação da qualidade das equipes e dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto; a produção conjunta de conhecimento científico e tecnológico expresso na forma de publicações especializadas, congressos, patentes etc.; e a aplicação sócio-econômica dos conhecimentos desenvolvidos.

No sentido de complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil no desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto institucional de atuação do candidato, o programa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior tem fluxo contínuo e aceita candidaturas de acordo com calendário específico. Em 2003, foram concedidas 217 bolsas de estágio pós-doutoral. Complementarmente aos esforços empreendidos nos projetos da pós-graduação, a Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior destina-se a alunos inscritos em programas de doutorado no país, com conceito três ou quatro, de comprovado desempenho acadêmico, e que necessitem desenvolver no exterior parte da pesquisa relacionada com seus trabalhos de tese. Foram implementadas 183 bolsas de doutorado sanduíche.

O programa de Bolsa de Doutorado Pleno no Exterior, o qual concedeu 197 bolsas de doutorado em 2003, é destinado a candidatos de comprovado desempenho acadêmico e que oportuniza a sua ida às instituições de excelência e prestígio internacional, com o objetivo de formar doutores em áreas nas quais se verifique carência de grupos consolidados no país.

Em síntese, o número médio de bolsas de mestrado, doutorado e outras modalidades concedidas pela CAPES, em 2003, foi de 25.547, sendo 24.057 no país e de 1.490 no exterior. Para tanto, foram consignados R\$ 430,2 milhões, 97,7% dos recursos previstos.

Ainda durante este exercício, foram intensificados os trabalhos preparativos para a realização da avaliação trienal dos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* que ocorrerá em 2004. Devido ao fato de o ano de 2003 ser o primeiro do triênio, entre outras atividades, a CAPES desenvolveu e implementou procedimento de acompanhamento dos programas de pós-graduação.

A realização deste processo constituiu-se, sem dúvida, numa atividade essencial, envolvendo, no decorrer de 2003, suas equipes técnicas e comissões de consultores. O processo foi executado por 44 comissões de avaliação, integradas por aproximadamente 500 consultores, vinculados aos principais programas de pós-graduação

do país. Foram acompanhados 1.703 programas, responsáveis pela oferta de 2.638 cursos e, ainda, houve o credenciamento dos cursos novos que totalizaram 1.745 programas de pós-graduação acompanhados em 2003.

Os resultados deste processo criterioso e sistemático estabelecem, de forma inicial, as condições para avaliação de cada programa desse nível de ensino, servem de base para o reconhecimento oficial da validade dos diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições brasileiras, bem como fornecem subsídios para a definição da política nacional de desenvolvimento da pós-graduação, além de orientar os investimentos governamentais nesse nível de ensino. Suas repercussões impulsionam a evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação, estimulando os programas a responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

## **Estatísticas e Avaliações Educacionais**

O Programa *Estatísticas e Avaliações Educacionais*, mediante suas diversas ações, visa subsidiar a formulação de políticas na área educacional por meio do desenvolvimento de sistemas estatísticos de avaliação e de estudos e pesquisas educacionais. Em 2003, contou com recursos da ordem de R\$ 161,2 milhões, dos quais 75% foram executados, ou seja, R\$ 121 milhões. Do total executado, R\$ 10,1 milhões correspondem às Ações de Administração da Unidade e Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais.

A Ação *Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais* tem por finalidade trabalhar: as informações produzidas pelo INEP, planejando, definindo a estrutura do banco de dados; os processos de manutenção, atualização e segurança das informações; a operacionalização do compartilhamento/acesso a base de dados por meio de tecnologias eficientes; a sistematização e a produção de informações referenciais em educação com a definição e o cálculo de indicadores, realização de estudos e análises em articulação com as áreas responsáveis pelos levantamentos de informações; formulação e coordenação da execução da política de disseminação e documentação de informações educacionais; levantamento das informações, a exemplo dos gastos e financiamento da educação brasileira e coordenação nacional de alguns projetos internacionais. Foram disseminados 85 estudos/estatísticas.

Em 2003 participaram do Exame Nacional de Cursos – Provão, 423.946 alunos, oriundos de 5.897 cursos de 26 áreas do conhecimento: Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química. Houve o incremento nesta Ação de duas novas áreas: Fonoaudiologia e Geografia. O resultado da avaliação do Exame demonstrou dados relevantes de oferta, demanda e análise econômico-social da população acadêmica, no âmbito da Educação Superior.

Implantado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com o objetivo de oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos, o ENEM foi aplicado em 2003 a aproximadamente 1,3 milhões de participantes. O Exame, de caráter voluntário e individual, avalia o desempenho dos estudantes concluintes e dos egressos da Educação Básica. É utilizado de forma complementar ao processo seletivo de mais de 400 instituições da Educação Superior. Nesse caso, é necessário aprofundar e ampliar o debate do impacto do exame, para poder articular melhor todas as ações realizadas na direção da formulação das políticas de avaliação para a Educação Básica e, conseqüentemente, poder criar de fato um Sistema Nacional de Avaliação que compreenda o desempenho do aluno levando em consideração as condições de sua aprendizagem.

Foi criado em 2003 Grupo de Estudo, integrado pelo INEP e pela SEMTEC, com o objetivo de oferecer dados necessários a uma avaliação dos impactos deste Exame e análise dos instrumentos utilizados, subsidiando o debate para a formulação de políticas de avaliação da Educação Básica.

O Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED compreende atividades relativas a produção de materiais específicos para a divulgação das informações estatísticas, atendimento de solicitações de usuários - demanda não-estruturada e desenvolvimento de trabalhos para apoio às decisões de políticas do MEC.

Destacamos dois instrumentos criados para utilização pela Internet, com o propósito de democratizar o acesso aos dados educacionais: o *EDUDATABRASIL* e o *DATAESCOLABRASIL*. O *EDUDATABRASIL* é um programa que possibilita ao usuário das informações educacionais e à sociedade em geral acessar as últimas informações levantadas pelo INEP, assim como as de anos anteriores, o que permite a construção

de séries históricas de dados como matrícula, funções docentes, estabelecimento de ensino x infra-estrutura. O sistema reúne informações de todos os níveis de ensino e das três esferas de governo. O *DATAESCOLABRASIL* complementa o primeiro programa, ao fornecer dados de todas as 180 mil escolas públicas da Educação Básica, individualmente, o que permite maior transparência aos dados coletados por meio do Censo Escolar, oferecendo à população uma ferramenta para o acompanhamento e o controle social da situação das escolas.

Uma outra ferramenta, criada em 2003, e que merece destaque, é o Informativo Eletrônico do INEP pelo impacto positivo que tem causado. Além de ser um instrumento ágil, com distribuição semanal, é enviado por correio eletrônico a um amplo conjunto de formadores de opinião e à imprensa de todo o País. A publicação eletrônica tem servido para disseminar as informações produzidas, oferecendo um panorama periódico das atividades desenvolvidas pelo INEP e dos seus resultados. O Informativo tem, sistematicamente, pautado a imprensa nacional acerca de temas relacionados à Educação. Este ano, diversas publicações foram editadas pelo órgão, com ênfase especial à questão do Financiamento da Educação, tema emergencial para a melhoria da qualidade da Educação. Esta Ação atingiu 100% dos 13 módulos previstos para serem implantados.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), passou por uma série de mudanças que lhe agregaram maior efetividade como mecanismo para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas. O SAEB é uma avaliação em larga escala, por amostragem, aplicada a alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio em todas as unidades da federação. Além de medir o desempenho escolar, o SAEB também levanta informações sobre o perfil sócio-econômico e cultural dos alunos, professores e diretores.

Em 2003, foram coletadas pela primeira vez informações sobre o desempenho dos alunos que participam do Programa Bolsa-escola, aprofundadas as análises das questões relacionadas à raça e à violência. Foram intensificadas as parcerias com os estados do Mato Grosso do Sul e do Acre, por meio de convênios para que possam realizar avaliações de todas as escolas de suas redes de ensino. Esta Ação realizou 100% da meta física prevista, ou seja, avaliou 27 sistemas educacionais.

Como forma de iniciar um amplo debate em torno da questão da Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação, abrangendo os diversos atores envolvidos no processo, o INEP realizou em abril o Seminário de Avaliação da Educação com o tema "Avaliar para quê?", onde foi proposta a formulação de novas políticas para o Sistema Nacional de Avaliação. Para tanto, foi constituída uma comissão a fim de propor uma sistemática de avaliação, que resultou no Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior.

Foram priorizadas e realizadas 1.697 avaliações das condições de ensino correspondentes a diversos cursos para fins de reconhecimento, que continham alunos concluintes no segundo semestre de 2002 e em 2003. Face aos debates e estudos voltados para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, está programada para 2004 a reestruturação da Avaliação das Condições de Ensino de Graduação, com a criação das Comissões previstas na Medida Provisória 147, de 16 de dezembro de 2003.

### **Atenção à Criança**

Merece destaque a distribuição de 113.426 módulos de material-didático para alunos da Educação Infantil das redes municipais e do Distrito Federal. A Ação *Formação Continuada de Professores da Educação Infantil* dá apoio financeiro aos sistemas municipais de educação e à Secretaria de Educação do Distrito Federal, para viabilizar a realização de cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários voltados aos professores que atuam na educação pré-escolar.